

ALUNAS E ALUNOS AFRODESCENDENTES NA ESCOLA SANTA TERESA

Elizete Dias da Silva – UFPI – elizetedias@hotmail.com
Francis Musa Boakari – UFPI – musabuakei@yahoo.com

RESUMO

O presente trabalho faz parte das investigações acerca da Comunidade Cancela, localizada na zona rural de Teresina, Piauí. Parte da observação do comportamento dos seus moradores na igreja Santa Teresa, que sistematicamente recusavam participar de maneira ativa dos eventos realizados. Por que se comportam desta forma? Trata-se de comportamento de esquiva? O comportamento observado na Igreja também aparece nas alunas e alunos da Cancela na escola. Como ajudar as crianças e adolescentes a superarem esta dificuldade? Como a escola lida com as questões raciais? Qual o seu papel na construção de relações baseadas no respeito às diversidades etnicorraciais? Buscou-se na literatura elementos que possam ajudar a compreender a realidade da localidade, para auxiliar a Comunidade se organizar e também contribuir na reflexão sobre as relações raciais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade; relações inter-raciais; escola.

RÉSUMÉ

Ce travail fait partie de l'enquête sur la communauté Cancela, situé à la campagne de Teresina, Piauí. Partie de l'observation du comportement de ses résidents dans l'église Santa Teresa, qui a systématiquement refusé de participer de façon active des événements. Pourquoi se comportent de cette façon? C'est le comportement de la esquive? Le comportement observé dans l'église apparaît également dans les élèves et les étudiants Cancela à l'école. Comment aider les enfants et les adolescents à surmonter cette difficulté ? Comme l'école s'occupe des questions de race? Quel est votre rôle à nouer des relations fondées sur le respect des diversités etnicorraciais? Les critères de littérature attendue qui peuvent vous aider à comprendre la réalité de la localité, à aider la communauté organiser et contribuent également à la réflexion sur les relations raciales au Brésil.

Mots clés: communauté; relations interraciales; école.

INTRODUÇÃO

Na nossa atuação como religiosa na Área Pastoral Santa Teresa D'Ávila temos oportunidades de interagir com diversas comunidades. Os primeiros contatos com os moradores da comunidade Cancela aconteceram na Igreja Santa Teresa. Esta Comunidade é composta de afrodescendentes, gente simples, pobre. Sofre discriminação e preconceito e, de modo geral, seus habitantes se mantêm a distância de participação nos eventos que ocorrem na Igreja e em geral; comparecem, mas ficam como expectadores. Repetidas vezes convidamos as jovens para atuarem de forma mais ativa e recebemos negativa. Esta sistemática nos chamou atenção: Por que se comportam desta forma? Trata-se de comportamento de esquiva? Começamos a tomar mais informações acerca desta comunidade e nos aproximamos de seus moradores.

Soubemos que a Cancela foi constituída a partir de um negro alforriado, que se estabeleceu nas proximidades da fazenda Santa Teresa. Tal proximidade permitia executar algum trabalho e garantir a sobrevivência. Certamente, esta condição supunha confiança por parte dos donos da fazenda. Todavia, este ex-escravo ajudava os escravos que queriam ir para o quilombo. Esta informação revela uma situação aparente de confiança, respeito; entretanto, revela a capacidade estratégica do negro livre de conseguir se manter em liberdade e ajudar aos seus irmãos fugir do cativeiro.

O nome Cancela vem da existência de uma cancela (porteira); evoca significantes variados e também antagônicos: isolamento, separação, barreira, fechamento. Mas também abertura, começo, saída para liberdade.

Compartilhamos nossas impressões com as Agentes de Saúde que acompanham a Comunidade Cancela e elas concordaram com nossas observações acerca da discriminação que incide sobre a localidade e revelaram também suas opiniões com relação aos seus moradores. As Agentes de Saúde moram em Santa Teresa e acompanham as famílias da Cancela.

Em 2009 conversamos também com o diretor adjunto da Escola Municipal Santa Teresa, o senhor Luís Alberto de Oliveira Silva. A Escola está localizada no Povoado Santa Teresa. Em 2006 a escola apresentava quadro com 02 professores na direção um titular e um adjunto; 32 professores; 02 pedagogas, (ALVES, 2008, p.24). Os professores/as são da zona urbana de Teresina e, diariamente, são transportados por

ônibus assumidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estando sujeitos a chegarem no horário ou atrasados para ministrarem as aulas.

Para esta Escola vêm alunos/as das diversas localidades que compõem a “grande Santa Teresa”: Calengue, Beco da Raposa, Cancela, Caminho Novo, Santa Rita, São João, Lagoa de Dentro, Coroatá, Bulena, Lagoinha e outras localidades. Por se tratar de zona rural as distâncias entre as localidades são grandes e não há transporte coletivo que faça ligação entre elas, sendo a Escola um ponto de convergência das alunas/os das diversas comunidades. O Município assume o transporte escolar dos alunos/as.

Na conversa com o vice-diretor, ele fez observações semelhantes às nossas e das Agentes de Saúde e revelou “os alunos da Comunidade Cancela não interagem com os outros alunos; no intervalo eles se juntam. Eles têm dificuldade de aprendizagem, mas eles não fazem perguntas, não fazem um movimento de interagir e tirar dúvidas, ficando prejudicado o seu aprendizado”.

Constatamos discriminação e preconceito com relação aos moradores da Cancela, a partir de expressões de pessoas de outras localidades: “os negros da Cancela”; “as negonas da Cancela”; “os vagabundos da Cancela”. Tais expressões estão carregadas de conteúdo pejorativo. Esta discriminação é presente na escola, haja vista o comportamento das crianças, adolescentes e jovens da Cancela frente a esta situação de se juntar, formar como uma “trincheira” no intervalo das aulas. Tal comportamento expressa receio de interagir, mas também é estratégico. Sentem a discriminação que sua Comunidade sofre e parecem temer situações em que tal discriminação seja vivida na escola, então se juntam nos intervalos na tentativa de limitar esta possibilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo-se caso a ocasião ocorra estarão juntos para combater.

Diante das informações, impressões e frente à descrição do comportamento dos alunos/as da Cancela na escola indagamos: Como a escola lida com esta realidade? O racismo é tema trabalhado nas aulas? Qual o papel da escola na mudança de mentalidade quanto às relações inter-raciais? A realidade da comunidade afrodescendente é considerada pela prática pedagógica das professoras/es? Com essas questões povoando a mente e o coração, saímos em busca de encontrar respostas e ou outros questionamentos que ampliem a compreensão do problema que nos inquieta.

A LITERATURA

Buscamos investigar as produções teóricas a respeito das nossas preocupações com relação aos alunos/as da Comunidade Canela, tendo presente que não se trata de uma realidade isolada, circunscrita à Comunidade e encontramos autores que se ocupam destas questões. Vimos que o comportamento de esquivia é presente na vida de todas as pessoas. “Aprendemos a prever dificuldades quando percebemos o indício de sua aproximação. A pessoa prudente faz alguma coisa para sair de seu caminho. Evitamos pessoas que nos aborrecem, esquivamo-nos de situações que possam ser perigosas e tomamos providências para evitar o que possa nos molestar”. (LUNDIN, 1977, p. 277).

Examinamos a legislação, Lei 10.639, de 09/01/2003, que torna obrigatória a inclusão da História da África no Currículo Escolar e a Lei 11645, de 10/03/2008, que amplia a anterior, incluindo a temática indígena. Consultamos o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Constatamos avanço nas Leis, entretanto, sua não operacionalização as torna ineficazes. Importante ressaltar que o conteúdo das Leis citadas é “demandas históricas que o Movimento Negro tem colocado para o campo educacional na discussão sobre Educação e movimentos sociais”, conforme GOMES, 1999, p.89, que constata e questiona “por que existe tanta resistência no campo da Educação quanto à inclusão de temáticas como cultura, raça/etnia e relações de gênero nas abordagens educacionais?” (p. 87).

SPOSITO, 1999, afirma “Com o aluno e, muitas vezes, com trabalhador que hoje frequenta a escola pública, convivem a condição sexual – homens ou mulheres – a cor, e o jovem, pois estas são múltiplas dimensões de um mesmo ser social, que precisam ser analisadas” (p. 98). Esta realidade complexa precisa ser considerada pela escola para que sua atuação seja eficaz.

BOAKARI, 1999, ao propor uma pedagogia interétnica enfatiza o papel da escola como lugar de formação de cidadãs e cidadãos, espaço de formação da consciência crítica. Ainda afirma “A pedagogia interétnica, resultado de uma concepção educacional diferente, multicultural e não monocultural europeia oferece modos alternativos para trabalhar com alunos. Estes merecem atenção específica” (p.106).

Na obra “Superando o racismo na escola”, publicada pelo Ministério da Educação e organizada por Kabenlege Munanga contém vários artigos de diferentes

autores tratando da questão racial e apresentando experiências realizadas, possíveis de serem adotadas. Na Apresentação lemos “Os destinatários naturais deste livro são os professores e as professoras da Educação Básica. É a esse grupo que se tenta municiar e estimular” (p.7).

Nei Lopes, 2008, afirma:

O Brasil – repetimos – é um país de muitas culturas, onde a cultura negra é, certamente, a presença mais forte. Mas a maioria dos negros nem sequer pode perceber este fato. E isso porque, procurando apagar da memória dos brasileiros durante muito tempo qualquer ligação com o seu passado africano, a classe dominante fez com que o negro de modo geral perdesse a sua real identidade. Assim, poucos afro-brasileiros têm consciência do que são, de onde vieram e para onde vão. E isto é extremamente sério quando se sabe que toda pessoa é um elo vivo entre seus antepassados e sua descendência” (p.209).

Os estudos realizados sobre os afrodescendentes constataam “uma enorme desigualdade estrutural de ordem socioeconômica sofrida pelos afrodescendentes”. (...) “Para combater esta desigualdade, a educação precisa teorizar, realizar práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação dos afrodescendentes”, (cf. CUNHA JR, 2005, p.252).

Auxiliados por tais autores e pelos documentos oficiais podemos refletir sobre a realidade dos alunos e alunas da comunidade Cancela que têm de se locomover para frequentar uma escola em outra localidade; escola que congrega diversas realidades, inclusive seus professores são oriundos da zona urbana de Teresina, dependentes de transporte para se deslocarem para a zona rural e assumirem as turmas que lhes são confiadas, caracterizando um distanciamento geográfico professores/alunos, distanciamento das realidades da vivência diária de uns e de outros.

As informações sobre a escola Santa Teresa fazem pensar a escola como um grande “caldeirão” onde as diversidades se encontram e urge identificá-las para se adequar o ensino a partir da realidade plural que a escola abriga.

As questões de gênero, raça/etnia, cultura são imprescindíveis na escola, sobretudo tendo a concepção da escola como espaço de formação de cidadãos e cidadãs. A realidade das diversas localidades e, em particular, a da Comunidade Cancela precisa ser considerada para que a escola empreenda discussão acerca do racismo, fazendo valer as Leis do País e, sobretudo, realizar a inclusão dos alunos/as que são alvo de discriminação racial.

O resgate histórico, a implantação no currículo escolar da História da África com o percurso histórico da cultura africana, sua contribuição para a constituição da cultura

do Brasil; a realidade dos afrodescendentes, as injustiças, o processo de negação a que foi submetido o povo negro; adoção de práticas alternativas e criativas eficazes para auxiliar as alunas/os negras/os na construção de sua identidade étnico-racial é fundamental no desempenho da escola como educadora para a formação de cidadãs e cidadãos. Um exemplo que pode iluminar a mudança nas relações raciais no Brasil é o da questão ecológica, em que se obtém um envolvimento das crianças no sentido de assumir novas posturas e cobrar dos adultos novo modo de lidar com a natureza. Há abertura por parte da nova geração de ideias novas, valores novos.

Uma questão relevante neste contexto é a necessária desmitificação da “democracia racial” que descreve o Brasil como país de relações raciais harmônicas iniciadas desde o período da escravidão, caracterizadas por docilidades nas relações entre senhores e escravos. Estas afirmativas foram superadas por estudos que comprovam a violência da escravidão implantada em solo brasileiro. Outro dado importante é a situação socioeconômica dos afrodescendentes que comprova a persistente separação entre brancos e negros (cf. LOPES, 2007).

A “ideologia do embranquecimento” também precisa ser desmascarada. Ela tem influência direta na constituição do autoconceito do negro por elevar os valores eurocêntricos e coloca-los como algo que deve ser assumido por todos. Desde a abolição da escravidão legal foi estabelecida uma política de embranquecer o País, na tentativa de apagar do Brasil seu passado escravocrata, sinal de atraso. A abertura aos imigrantes europeus tinha como propósito embranquecer a população brasileira (ver CUNHA JR, 2005; MUNANGA, 2003; LOPES, 2007, 2008).

Quais mudanças são necessárias para que a escola atenda as demandas sociais do contingente negro, indígena, branco, amarelo? Por que as mudanças propostas pelas Leis e pelos estudiosos não chegam à escola da zona rural? Até quando teremos a segregação dentro da escola?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos concluindo a primeira década do século XXI e ainda trazemos injustiças de séculos que não têm sustentação lógica; todavia, são mantidas e propagadas gerações a fora. Muito já foi feito e muito ainda precisa ser realizado para superação do desrespeito ao diferente.

A transmissão da cultura da sociedade acontece desde a família e se estende pelas diversas instituições que compõem a sociedade. No arcabouço social há valores importantes que precisam ser assumidos pelas novas gerações; há também contra valores que precisam ser identificados e superados. Este trabalho se dar pela análise, reflexão da realidade vivida no cotidiano e, deste modo, a sociedade vai evoluindo, adquirindo novos parâmetros que norteiem os rumos da sociedade. É uma construção permanente, com a atuação das diversas gerações.

Pela atuação dos movimentos sociais já foram conquistados direitos, tornadas leis reivindicações legítimas oriundas das camadas sociais menos favorecidas. No caso das Leis que obrigam a inclusão da história e cultura africanas no currículo escolar brasileiro é um ganho das lutas de muitos anos. Essas conquistas levantam polêmicas que tacham como racistas as medidas inclusivas, reparadoras das injustiças cometidas ao longo da história do Brasil contra o povo negro e seus descendentes.

A escola tem função importantíssima desde a produção teórica, funcionários, professoras/es para fazer cumprir a Lei e tornar realidade o resgate e a transmissão da história e cultura dos povos africanos e sua contribuição na história e cultura brasileiras. Acreditamos ser meio eficaz que pode colaborar com a restauração da identidade e autoestima da população afrodescendente.

A adoção de novas práticas educativas é uma decisão política diante da Educação a partir da realidade em que se insere a escola. Ser cidadã, cidadão na construção de novas relações, em que o respeito pelo diferente seja uma realidade é, sobretudo, uma escolha política dos profissionais que fazem a educação.

Pela experiência do Movimento Negro (MN) advinda da luta pelos direitos do povo negro, a parceria entre MN e escola seria muito bem vinda para a construção de uma escola brasileira, multicultural, multiétnica, inclusiva, atendendo ao espírito da época numa perspectiva de “outro mundo possível”, superando antigas concepções ineficazes para a construção da paz.

Sugerimos a Roda de Conversa; o Teatro na escola como ferramentas capazes de fazer acontecer o diálogo sobre racismo e, deste modo colocar em movimento novas ideias sobre as relações humanas, inter-raciais que perpassam todas as relações sociais. Novos cidadãos e cidadãs se fazem a partir e na escola. Desta forma, a escola exerce sua função social de não só reproduzir a sociedade na qual estar inserida, mas provocar reflexão sobre a sociedade e, por isso, gerar superação de conceitos antigos, percepções distorcidas.

Indubitavelmente, a cultura ocidental tem seu valor, no entanto, outras culturas existem e também têm seu valor. Esta realidade parece tão óbvia e ao mesmo tempo tão distante de ser concebida por quem se acostumou a olhar a vida com os óculos europeus.

Criar oportunidades para se tratar da questão racial é superar a exaltada democracia racial; falar da realidade que envolve a vida da maioria da população brasileira; quebrar o tabu e colocar o assunto nas discussões é tarefa de todas/os cidadãs/os independentemente do grupo étnico, cor, cultura a que pertençam; diz respeito a negros, brancos, amarelos e seus descendentes. Trata-se de assunto nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonio Roberto. **Santa Teresa e São João em busca do desenvolvimento sustentável**. SEMEC; ed. FUNCOR: Teresina, 2008, 60p.

BOAKARI, Francis Musa. Uma pedagogia interétnica para a educação brasileira: para não dizer que não tive sonhos realizáveis. In: **Linguagem, educação e sociedade**: revista do mestrado em Educação/Universidade Federal do Piauí, n.4 (1999) p. 98-120.

_____. As crianças negras e a socialização que produz o fracasso escolar. In: **Sociologia da Educação**. (VV.AA.). Porto Alegre: ANPED, 1994, p.21-42.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Torna obrigatória a inclusão da História da África no currículo escolar.
Disponível em <http://www.africanaescola.com.br/conteudo.html> Acessado em 17/09/2010.

BRASIL. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana.
http://www.mp.pe.gov.br/uploads/bGGikz17byQwrMAFK30Yfw/planonacional_10.6391.pdf.
Acessado em 17/09/2010.

BRASIL. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. revisada. Kabengele Munanga (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 200p.

CUNHA JR, Henrique. Nós, afrodescendentes: História Africana e Afrodescendente na cultura brasileira. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 249-273.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYREL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 85-91.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 1ª Reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 224p. Em (Coleção Cultura Negra e Identidades). Bibliografia: p. 213-220, ISBN 978-85-7526-215-3.

_____ **O racismo explicado aos meus filhos.** Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SILVA, Elizete Dias da. **Estudo sobre a África; falar sobre racismo para superá-lo.** Trabalho apresentado no Seminário Nacional de Administração Educacional, em Teresina, no período de 21 a 24/09/2010.

_____ **Exemplo do passado repercutindo nas relações inter-raciais do presente.** Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadores sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil, São Paulo, nos dias 13 a 15/10/2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYREL, Juarez (org.) **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 96-104.